

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

DECRETO Nº 13.493/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra 'b' da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra "i", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, parte do imóvel situado na Avenida Marquês do Paraná, nº 336, fundos, Centro, nesta Cidade, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº 18.807, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Niterói, inscrito na PMN sob o nº 104.386-8.

Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processo administrativo nº 80/7924/2019.

Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação destina-se às obras de ampliação da pista de rolamento da Avenida Marques do Paraná.

Art. 4º - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar no imóvel objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

PARÁGRAFO ÚNICO – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização do proprietário para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 09 DE MARÇO DE 2020.

RODRIGO NEVES – PREFEITO

DECRETO Nº 13.494/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra 'b' da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra "i", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, o imóvel situado na Rua Castilho França, nº 21, em Icarai, nesta Cidade, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº 20.253, do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição de Niterói, inscrito na PMN sob os nº 031.925-1.

Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processo administrativo nº 80/6919/2019.

Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação destina-se à implantação de projeto de intervenção viária na Rua Mem de Sá.

Art. 4º - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar no imóvel objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

PARÁGRAFO ÚNICO – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização do proprietário para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 09 DE MARÇO DE 2020.

RODRIGO NEVES – PREFEITO

DECRETO Nº 13.495/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra 'b' da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra "i", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, parte do imóvel situado na Avenida Marquês do Paraná, nº 334, Centro, nesta Cidade, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº 17.189, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Niterói, inscrito na PMN sob o nº 005.128-4.

Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processo administrativo nº 80/7920/2019.

Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação destina-se às obras de ampliação da pista de rolamento da Avenida Marques do Paraná.

Art. 4º - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar no imóvel objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

PARÁGRAFO ÚNICO – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização do proprietário para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 09 DE MARÇO DE 2020.

RODRIGO NEVES – PREFEITO

DECRETO Nº 13.496/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra 'b' da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra "i", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, parte do imóvel situado na Avenida Marquês do Paraná, nº 336, Centro, nesta Cidade, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº 18.802, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Niterói, inscrito na PMN sob o nº 005.129-2.

Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á pelo preço apurado no laudo de avaliação especialmente elaborado para essa finalidade, conforme processo administrativo nº 80/7923/2019.

Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação destina-se às obras de ampliação da pista de rolamento da Avenida Marques do Paraná.

Art. 4º - Os agentes públicos municipais ficam autorizados a penetrar no imóvel objeto da presente declaração de utilidade pública, para realização de medições e avaliações, nos termos do artigo 7º, do Decreto Lei 3365/41.

PARÁGRAFO ÚNICO – Com a mais estrita polidez e urbanidade, e sem excessos a qualquer título, os agentes municipais solicitarão autorização do proprietário para realização dos levantamentos necessários, e somente em caso de resistência do particular em permitir a realização desses levantamentos deverá ser solicitado auxílio de força policial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 09 DE MARÇO DE 2020.

RODRIGO NEVES – PREFEITO

DECRETO Nº 13.497/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67 da Lei Orgânica e com base nos artigos 11 e 14 da Lei Municipal nº 3.048/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência, a contar de 01 de fevereiro de 2020, ao Coordenador de Acessibilidade, **SALOMÃO ZANOUGH LIMA VIANNA** para responder pela gestão dos Contratos e Aditivos da Coordenação de Acessibilidade, firmados com o Município de Niterói, através da Secretaria Executiva, com poderes para assinar Solicitações de Compras, Autorização de Empenho, Notas de Empenho, Termos de Verificação de Conformidade, Termos Aditivos, Termos de Reconhecimento de Dívida e Contratos e demais atos pertinentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 09 DE MARÇO DE 2020.

RODRIGO NEVES – PREFEITO

Portarias

Port. Nº 356/2020- Exonera, a pedido, a **LEANDRO SILVA VILLAS BOAS** do cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Port. Nº 357/2020- Nomeia **FÁBIO DA SILVA** para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em vaga da exoneração de Leandro Silva Villas Boas, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 358/2020- Exonera, a pedido, a **JÚLIA GARCIA DA SILVA CAMPOS** do cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Port. Nº 359/2020- Nomeia **WALLACE LOPES DA CONCEIÇÃO** para exercer o cargo isolado, de provimento em comissão, de Assessor C, símbolo CC-3, do Quadro Permanente, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em vaga da exoneração de Júlia Garcia da Silva Campos, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 360/2020- Considera exonera, a pedido, a contar de 09/03/2020, **GIOVANNA TRISTÃO RODRIGUES DA CUNHA** do cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Executiva.

Port. Nº 361/2020- Considera nomeado, a contar de 09/03/2020, **YURI SISINO DOS SANTOS FELIPE** para exercer o cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Executiva, em vaga da exoneração de Giovanna Tristão Rodrigues da Cunha, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 362/2020- Considera exonera, a contar de 06/03/20, **FLAVIA VIEIRA DA COSTA SANT'ANNA** do cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Executiva, por ter sido nomeada para cargo incompatível.

Port. Nº 363/2020- Considera nomeada, a contar de 06/03/20, **FLAVIA VIEIRA DA COSTA SANT'ANNA** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Coordenadoria de Políticas Sobre Drogas, da Secretaria Executiva em vaga da exoneração de Augusto Elias de Seixas, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 364/2020- Considera exonera, a contar de 06/03/20, **ROSANA MOREIRA BRANDÃO CAMPOS** do cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Executiva, por ter sido nomeada para cargo incompatível.

Port. Nº 365/2020- Considera nomeada, a contar de 06/03/20, **ROSANA MOREIRA BRANDÃO CAMPOS** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Coordenadoria de Políticas Sobre Drogas, da Secretaria Executiva em vaga da exoneração de Carlos Andre da Luz de Carvalho, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 366/2020- Considera exonera, a contar de 06/03/20, **YARA COUTINHO MACHADO LANNES DA FONSECA** do cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Executiva, por ter sido nomeada para cargo incompatível.

Port. Nº 367/2020- Considera nomeada, a contar de 06/03/20, **YARA COUTINHO MACHADO LANNES DA FONSECA** para exercer o cargo de Assessor C, CC-3, da Coordenadoria de Políticas Sobre Drogas, da Secretaria Executiva em vaga da exoneração de Carlos Elena Batista Trindade, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 368/2020- Considera exonerado, a contar de 06/03/20, **RAPHAEL LOUREIRO SANTOS CAMPELLO** do cargo de Assistente A, CC-4, da Secretaria Executiva, por ter sido nomeado para cargo incompatível.

Port. Nº 369/2020- Considera nomeada, a contar de 06/03/20, **RAPHAEL LOUREIRO SANTOS CAMPELLO** para exercer o cargo de Assistente A, CC-4, da Coordenadoria de Políticas Sobre Drogas, da Secretaria Executiva em vaga da exoneração de Carlos Eduardo Azevedo Pereira, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Corrigendas

No anexo ao Decreto nº 13.486/20, publicado em 06/03/20, exclua-se: Alessandro de Oliveira Lemos e inclua-se: Renato Bragança Soares Mira

Nas Portarias nºs 338, 340, 342 e 344/2020, publicadas em 07/03/2020, onde se lê: acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09, leia-se: acrescido das gratificações previstas na Lei Municipal nº3359/2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Despachos do Secretário

Adicional- 20/607, 740, 716/2020, 20/5095/2019- Deferido

Prorrogação de Posse- 20/832/2020- Deferido

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS **PORTARIA SASDH Nº 006/2020, de 09/03/2020.**

A Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, no uso das atribuições legais e, considerando a necessidade de formalização da designação para a função de fiscal de contrato de acordo com a natureza do contrato e sua execução, resolve:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo para compor a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do processo administrativo nº 780000152/2018, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos com motorista, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

- 1) Ronaldo Nunes do Rosário, matrícula nº 12441280
- 2) Jorge Washington Silva e Souza, matrícula nº 12417745

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, gerando seus efeitos, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EXTRATO Nº 006/2020

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº **006/2020**. **PARTES:** Município de Niterói, pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, e **J.G. MANUTENÇÃO CONSERVAÇÃO E LOCAÇÃO EIRELI**. **OBJETO:** Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos, sendo 15 (quinze) veículos com capacidade de 05 (cinco) lugares, tipo hatch ou sedan, incluindo manutenção preventiva e corretiva, com motoristas, para atender diversas unidades socioassistenciais, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório. **PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais). **VERBA:** PT nº 16.72.08.122.0145.4192; CD: 3.3.3.9.0.39.13.00; Fonte 0.0.138, Notas de Empenho nº: 000046. **FUNDAMENTO:** Processo administrativo nº **780000152/2018** que se regerá pelas normas da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 e do instrumento convocatório. **DATA DA ASSINATURA:** 11 de março de 2020.

Proc. nº780000152/2018- Estamos concedendo ordem de início ao CONTRATO Nº06/2020 objetivando a execução do serviço de Locação de 15 veículos com Motorista, a partir do dia 11 de março de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA

Departamento de Fiscalização de Posturas

Despachos do Diretor

- auto de infração nº 4086 de 02/03/2020, PAGGO ADMINISTRAÇÃO LTDA;
- auto de infração nº 4091 de 03/03/2020, SIMONE ROCHA CAETANO.

Nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude dos contribuintes não terem sido localizados nos endereços alvos das diligências fiscais ou por recusarem-se a recebê-las.

Processo nº: 130/000208/2020- ITAU UNIBANCO S.A.- Com base nas informações e legislações pertinentes, julgo **IMPROCEDENTE** o pedido de impugnação, mantendo o auto de infração nº 3346. Dispondo o Requerente de 30 (trinta) dias para interpor Recurso em Segunda Instância, na forma do artigo 514 da lei 2624/08. Base legal: Artigos 506 e 519 da lei 2624/08.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

PORTARIA Nº 026/SEPLAG/2020

Altera a composição da Comissão de Fiscalização do Contrato nº 011/2018 – elaboração de projeto executivo de arquitetura, urbanismo e engenharia para a implantação do sistema Cicloviário da Região Oceânica.

O **Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que estabelece a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Filipe Augusto Pereira Simões, matrícula nº 1242.114-8 e João Pedro Gomes Boechat de Oliveira, matrícula nº 1244.820-0, como fiscais do Contrato nº 011/2018, assinado com a empresa **OFICINA ENGENHEIROS CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA** para a prestação de serviços de elaboração de projeto executivo de arquitetura, urbanismo e engenharia para a implantação do sistema Cicloviário da Região Oceânica, referente a Concorrência Pública nº 003/2018, processo administrativo nº 180000780/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

O Secretário de Obras e Infraestrutura torna público o **deferimento** da solicitação de serviços funerários nos autos dos processos administrativos *deferidos em 17/02/2020; 19/02/2020; 20/02/2020; 28/02/2020 e 04/03/2020*

750002583/2019
750002724/2019

750000023/2020
750000054/2020
750000106/2020
750000204/2020
750000267/2020
750000268/2020
750000269/2020
750000301/2020
750000303/2020
750000309/2020
750000342/2020
750000356/2020
750000360/2020
750000361/2020
750000367/2020
750000444/2020
750000458/2020
750000482/2020
750000483/2020
750000485/2020
750000536/2020
750000538/2020
750000552/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE

PORT. SMU Nº 013/2020 - Dispensar o funcionário Leandro Florido de Senna, matrícula 1236219-2 da a Função Gratificada II – FG2, desta secretária.

PORT. SMU Nº 014/2020 - Designar a funcionária Sandra Regina Rago, matrícula 0227310-0 para a Função Gratificada II – FG2, desta secretária.

Corrigenda

Na publicação do D.O. do dia 17/01/2020, **onde se lê:** "Construção situada na Av. Pilsen, lote 12 quadra 30" **Leia-se:** "Construção situada na Av. Pilsen, lote 03 quadra 35".

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Despacho da Secretaria

EXTRATO Nº 23/2020 – Termo Aditivo nº 03/2020 ao Contrato nº04/2018 – SECONSER. PARTES: Município de Niterói, tendo como gestora a SECONSER – Secretaria de Conservação e Serviços Públicos de Niterói e a empresa GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELI. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência de contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 23 de fevereiro de 2020, com reajuste contratual de 3,98%, IGP-M acumulado do período de novembro de 2018 a novembro de 2019, com efeitos a partir da assinatura do presente instrumento. VALOR MENSAL: R\$ 592.847,77 (quinhentos e noventa dois mil oitocentos e quarenta sete reais e setenta e sete centavos). VERBA: Fonte: 108, Programa de Trabalho: 260117.512.0010.4044, Elemento de Despesa: 339039, Nota de Empenho nº 000493/2020; FUNDAMENTO: Lei Federal nº8.666/93, de 21 de Junho de 1993, bem como o processo administrativo nº040/002926/2019. DATA DA ASSINATURA: 21/02/2020.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Corrigenda

DATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETÔNICO 05/2020

PREGÃO ELETRÔNICO nº 05/2020, Processo 200/13916/2019, referente à FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA EXAMES DE COAGULAÇÃO, NA REALIZAÇÃO DE TEMPO DE PROTROMBINA E DE TROMBOPLASTINA, INCLUINDO A COLOCAÇÃO DE 6 (SEIS) EQUIPAMENTOS PARA LEITURA DOS TESTES, EM REGIME DE COMODATO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS LABORATÓRIOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE NITERÓI sofreu correção:

Onde se lê: "...DATA DA REALIZAÇÃO: dia 25/02/2020

Leia-se: "...DATA DA REALIZAÇÃO: 25/03/2020

As demais condições continuam inalteradas.

Corrigenda

TOMADA DE PREÇOS 10/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Municipal de Saúde de Niterói. Torna público que o Edital da Tomada de Preços nº 10/2019 – Processo nº200/10823/2019,

Referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA NAS INSTALAÇÕES DO PROGRAMA MÉDICO DE FAMÍLIA ABEL SANTA MARIA (PREVENTÓRIO I)**

Onde se lê: "2.2 Para os fins do inciso I, do parágrafo 1º, do Art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93, são consideradas as seguintes parcelas de maior relevância técnica:

- itens 10.1, 13.3, 16.1, 17.1 e 17.2 DO MEMORIAL DESCRITIVO"

Leia-se: "2.2 Para os fins do inciso I, do parágrafo 1º, do Art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93, são consideradas as seguintes parcelas de maior relevância técnica:

- itens 10.1, 13.3, 16.1, 17.1 e 17.2 DA MEMORIA DE CÁLCULO"

Informamos que a Licitação será mantida para o dia 27 de abril de 2020.

As demais condições continuam inalteradas.

Corrigenda

TOMADA DE PREÇOS 12/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Municipal de Saúde de Niterói. Torna público que o Edital da Tomada de Preços nº 12/2019 – Processo nº200/10822/2019,

Referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO PROGRAMA MÉDICO DE FAMÍLIA (PMF) MANOEL PINHEIRO LOZADA - MARAVISTA.**

Onde se lê : “2.2 Para os fins do inciso I, do parágrafo 1º, do Art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93, são consideradas as seguintes parcelas de maior relevância técnica:

- itens 16.1, 17.1, 17.2 DO MEMORIAL DESCRITIVO”

Leia-se: “2.2 Para os fins do inciso I, do parágrafo 1º, do Art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93, são consideradas as seguintes parcelas de maior relevância técnica:

- itens 16.1, 17.1, 17.2 DA MEMORIA DE CÁLCULO”

Informamos que a Licitação será mantida para o dia 22 de abril de 2020.

As demais condições continuam inalteradas.

Corrigenda

TOMADA DE PREÇOS 11/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Municipal de Saúde de Niterói. Torna público que o Edital da Tomada de Preços nº 11/2019 – Processo nº200/13234/2019,

Referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO PROGRAMA MÉDICO DE FAMÍLIA (PMF) WILMA SPÍN – VILA IPIRANGA.**

Onde se lê : “2.2 Para os fins do inciso I, do parágrafo 1º, do Art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93, são consideradas as seguintes parcelas de maior relevância técnica:

- itens 16.1, 17.1, 17.2 e 18.26 DO MEMORIAL DESCRITIVO”

Leia-se: “2.2 Para os fins do inciso I, do parágrafo 1º, do Art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93, são consideradas as seguintes parcelas de maior relevância técnica:

- itens 16.1, 17.1, 17.2 e 18.26 DA MEMORIA DE CÁLCULO”

Informamos que a Licitação será mantida para o dia 07 de abril de 2020.

As demais condições continuam inalteradas.

NITERÓI PREV

Despachos do Presidente

PROCESSO Nº 310/001513/2019 – DEFERIDO

PROCESSO Nº 310/001688/2019 – INDEFERIDO

NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO- NELTUR

PREGÃO PRESENCIAL NELTUR Nº 02/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5000000030/2020

HOMOLOGO, para que surta os efeitos legais, o resultado do julgamento da presente licitação em favor da empresa: **GRUPO IMPACTO EMPREENDIMENTOS EIRELI**, no valor de **R\$132.966,00** (cento trinta dois reais mil e novecentos e sessenta seis reais), já adjudicada pela Sra. Pregoeira e relacionado ao Pregão Presencial em epígrafe, realizado em 14 de Fevereiro de 2020.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI – CLIN

Despacho do Presidente

PUBLICAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 02/2020 - PROCESSO Nº 520/000043/20

Homologo o resultado do julgamento da licitação realizada pelo Pregão Presencial Nº 02/2020 – Aquisição de Cartuchos de Toners, e autorizo a despesa e a emissão do empenho, adjudicando à empresa **QUALYTECK TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA EIRELI EPP** o item 01 com valor unitário de R\$ 965,00 (novecentos e sessenta e cinco reais) e valor total de R\$ 81.060,00 (oitenta e um mil e sessenta reais); o item 02 com valor unitário de R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais) e valor total de R\$ 14.040,00 (quatorze mil e quarenta reais); o item 03 com valor unitário de R\$ 858,00 (oitocentos e cinquenta e oito reais) e valor total de R\$ 15.444,00 (quinze mil quatrocentos e quarenta e quatro reais); o item 04 com valor unitário de R\$ 858,00 (oitocentos e cinquenta e oito reais) e valor total de R\$ 15.444,00 (quinze mil quatrocentos e quarenta e quatro reais); e o item 05 com valor unitário de R\$ 858,00 (oitocentos e cinquenta e oito reais) e valor total de R\$ 15.444,00 (quinze mil quatrocentos e quarenta e quatro reais). O valor total para a empresa foi de R\$ 141.432,00 (cento e quarenta e um mil quatrocentos e trinta e dois reais). O valor total da licitação foi de R\$ 141.432,00 (cento e quarenta e um mil quatrocentos e trinta e dois reais), com fulcro na Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002 e no Decreto Municipal nº 9.614, de 22.07.2005.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

RESOLUÇÃO PGM/CSPGM Nº 22 DE 06 DE MARÇO DE 2020.

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, nos termos do artigo 12, IX, da Lei 3.359/2018, e CONSIDERANDO a aprovação das propostas de Enunciados pelo CSPGM, em Reunião Ordinária do dia 2 de março de 2020, RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovados os novos Enunciados de Consolidação de Entendimento da Procuradoria Geral do Município, na forma que se segue:

Enunciado nº 09: Sistema de Registro de Preços

1. A licitação para contratação de bens e serviços cuja necessidade seja frequente na Administração Pública deve adotar, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços, na forma do art. 15, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e do Decreto Municipal nº 10.005/2006, devendo o órgão gerenciador consultar previamente os demais órgãos e entidades da Administração Municipal sobre o interesse na participação do certame.

2. Nas licitações pelo Sistema de Registro de Preços o critério de adjudicação, por excelência, é aquele que privilegia a aquisição por item(ns), e a adjudicação por grupos/lotos somente deverá ser utilizada mediante fundamentadas razões que demonstrem que tal critério, conjuntamente com os que presidiram a formação dos grupos, é o que conduzirá à contratação mais vantajosa.

2.1. Quando for admitida a licitação para Registro de Preços por grupos/lotos, não será admitida a aquisição, a posteriori, de parcela isolada dos itens componentes do lote.

2.2. Salvo, incluídas eventuais adesões a Ata de Registro de Preços, quando a aquisição individualizada, junto à primeira colocada, apenas dos itens do lote cujos preços unitários tenham sido os menores dentre todos os demais ofertados no certame.

3. A Ata de Registro de Preços tem validade de até 12 meses, incluídas eventuais prorrogações.

4. O contrato administrativo decorrente de Registro de Preços deve ser formalizado dentro do prazo de validade da respectiva Ata, sujeitando-se, a partir de então, à disciplina da Lei Federal nº 8.666/93, em especial o art. 57, no que se refere ao prazo de vigência e eventuais prorrogações.

5. Antes de se efetivar a contratação, os órgãos interessados nos bens ou serviços devem verificar se houve alteração circunstancial no mercado a exigir a realização de nova pesquisa de preços, para conferir se o(s) preço(s) registrado(s) na Ata continua(m) sendo mais vantajoso(s), devendo declarar esta condição nos autos do processo administrativo.

5.1 Caso a eventual pesquisa de mercado aponte para valores menores do que o registrado em ata de registro de preços, o órgão gerenciador deverá ser comunicado formalmente, para fins de negociação com o fornecedor registrado.

6. É dispensada a reserva orçamentária para a licitação por Sistema de Registro de Preços, sendo postergada para o momento da efetiva contratação. Entretanto, para fins de planejamento, recomenda-se desde logo a indicação da fonte de recursos e declaração de que a despesa tem compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com a lei orçamentária anual.

Enunciado nº 10: Carona

1. A Adesão a uma Ata de Registro de Preços como "Carona" depende dos seguintes requisitos:

(i) elaboração de termo de referência ou projeto básico, contendo a justificativa para a contratação, a caracterização do objeto a ser contratado, bem como justificativa para os quantitativos estimados;

(ii) compatibilidade entre a necessidade manifestada pela Administração e o objeto registrado na Ata;

(iii) demonstração de ganho de eficiência e economicidade do procedimento de adesão em vista de eventual instauração de procedimento licitatório específico;

(iv) realização de pesquisa de mercado, na forma do Decreto Municipal nº 12.517/2017, demonstrando a compatibilidade dos valores a serem contratados com aqueles correntes no mercado fornecedor;

(v) previsão da possibilidade de adesão no Edital da ARP e previsão do quantitativo estimado aos órgãos e entes não participantes;

(vi) prévia consulta e anuência do órgão gerenciador da Ata;

(vii) aceitação da contratação pelo fornecedor, nas mesmas condições estabelecidas na Ata;

(viii) manutenção das condições estabelecidas no edital, no contrato ou no Termo de Referência, que não podem ser alteradas pelo órgão aderente

(ix) observância do limite de 100% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços;

(x) prazo de 90 dias para se efetivar a aquisição ou contratação solicitada, observando-se o prazo de vigência da Ata;

2. A Adesão a Ata de Registro de Preços deve ser utilizada de modo excepcional, não dispensando o planejamento adequado das contratações administrativas.

3. A contratação mediante Adesão a Ata de Registro de Preços não dispensa a observância dos demais requisitos para a contratação pública, dentre eles a aferição dos requisitos de habilitação jurídica e fiscal da pretensa contratada e a juntada da documentação orçamentária exigida pela legislação pátria.

Enunciado nº 11: Condições para concessão de reajuste

1. O reajustamento de preços - seja no sentido genérico ou no restrito, denominado no âmbito federal de repactuação — tem por objetivo recompor o valor da proposta do contratado, em razão do impacto da inflação nos preços dos custos que a integra.

2. A partir do exame do objeto da licitação poderá ser avaliado qual será o critério de reajuste: (i) aplicação de um indicador inflacionário (por exemplo, o IPCA do IBGE) ou (ii) variação dos custos verificados a partir de um acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

3. Quando se tratar de reajuste em sentido genérico, o índice previsto no edital e/ou no contrato administrativo deve ser setorial, refletindo a variação dos custos e insumos daquele segmento específico.

3.1 Somente é admissível a adoção de um índice geral quando inexistir índice setorial.

4. O prazo de 12 (doze) meses para início do cômputo do reajuste começa a contar da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir, consoante expressamente previsto no art. 40, XI da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e na Lei nº 10.192, de 14.02.2001, devendo a opção constar expressamente no edital da licitação.

4.1 A anualidade do reajuste se conta a partir desses marcos temporais e não da assinatura do contrato ou do requerimento do contratado.

4.2 Tendo sido fixado o termo inicial da contagem do reajuste, conforme previsão no edital e no contrato, 12 (doze) meses depois, o contratado tem direito a sua concessão, passando, a partir de então, a ser fixada a data do seu aniversário.

5. Nos contratos de prestação de serviços onde haja alocação de mão de obra com exclusividade para determinado contrato, ou seja, quando se tratar de mão de obra residente, o termo inicial da contagem do reajuste deve corresponder à data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação.

5.1 Nestes contratos, os preços dos demais insumos que não se relacionam com a mão de obra devem ser reajustados segundo o índice inflacionário previsto no contrato, tendo como termo a quo a data da apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se refira.

5.2 Nas contratações que envolvam mão de obra é possível considerar dois marcos iniciais para reajuste, cuja explicitação deve estar expressa no edital e no contrato:

(i) a data da celebração do acordo ou convenção coletiva ou da prolação da decisão no dissídio para o reajuste das despesas relativas à mão de obra; e

(ii) a data da apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se refira para o reajuste, no caso dos demais insumos.

6. Não é cabível o reajuste se não há previsão expressa no edital e no contrato administrativo.

6.1 A ausência de previsão em edital e contrato de cláusula de reajuste em razão de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho nos contratos de prestação de serviço com mão de obra residente impede a sua aplicação.

7. Qualquer retroatividade dos efeitos ao reajuste é descabida se não for observada estritamente a definição pelo edital e contrato.

8. O contratado deve solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, no prazo decadencial de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

9. A celebração de termos aditivos ou mesmo o recebimento de pagamentos sem ressalvas quanto à aplicação do reajuste caracterizam preclusão do direito de pleiteá-lo, salvo a existência de requerimento expresso anterior do contratado.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REPUBLICADO POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES

RESOLUÇÃO PGM/CSPGM Nº, 023 de 06 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a publicidade das deliberações do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município (CSPGM).

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso das suas atribuições legais,

Considerando a aprovação unânime da proposta de resolução aqui consolidada pelo CSPGM, em Reunião Ordinária do dia 2 de março de 2020, e considerando o princípio da publicidade, da transparência, bem como a própria preservação da autoridade das decisões do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município (CSPGM),

RESOLVE:

Art. 1º. Concluída a deliberação do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município (CSPGM), o seu Presidente providenciará a publicação imediata do ato no veículo de publicação dos atos oficiais do Município

§ 1º As inexatidões materiais e os erros de escrita ou cálculo contidos na deliberação poderão ser corrigidos pelo relator designado ou pelo próprio Gabinete da Procuradoria, quando couberem.

§ 2º A publicação da deliberação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município far-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período, justificadamente, contados a partir da data da aprovação da ata.

§ 3º Escoado o prazo de que trata o parágrafo anterior sem que tenha sido publicada a deliberação aprovada, o colegiado poderá oficial diretamente o órgão de imprensa para que seja publicada a deliberação, além de empregar outras medidas que entender pertinentes para que a autoridade das suas decisões seja preservada.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Dr. Carlos Raposo (Presidente do Conselho Superior). Dr. Michell Nunes Midlej Maron (membro nato) Dr. Felipe Mahfuz de Araújo (membro nato). Dr. Francisco Miguel Soares (membro nato). Dr. Renan Pontes de Moura (2a Classe). Dr. Caio Mayerhoffer M. Moraes Pessanha (3a Classe). Dr. Vinício Guimarães Salvarezza (eleito geral). Dr. Raphael Diógenes Serafim Vieira (Eleito Geral). Dra. Andrea Carla Cintra Araujo Guedes Barbosa (eleito geral).

REPUBLICADO POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA

Ato do Presidente

PORT. Nº. 058/2020- Designar os engenheiros **Fabio Queiroz Cupulille (Mat. 2135) e Sebastião César Farias (Mat. 2246)**, para exercerem em nome da EMUSA, fiscalização dos seguintes serviços **“MACRODRENAGEM DO CANAL DE SANTO ANTONIO – BACIA 2, NO MUNICÍPIO DE NITERÓI - RJ”, (Referente ao Contrato nº. 028/2019) – Processo ADM. Nº. 510002011/2018 - Presidente da EMUSA.**

PORT. Nº. 059/2020- Designar os engenheiros **Maria Helena Palmieri de Andrade (Mat. 0356) e Bruno Estigarribia Walter (Mat. 2085)**, para exercerem em nome da EMUSA, fiscalização dos seguintes serviços **“DEMOLIÇÃO DE PARTE E RECONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO SITUADA NA RUA BARÃO DE MAUÁ, Nº 354 – PORTUGAL PEQUENO NO BAIRRO PONTA D’ AREIA”, (Referente ao Contrato nº. 010/2020) – Processo ADM. Nº. 510000646/2018 - Presidente da EMUSA.**

PORT. Nº. 060/2020 - Designar **Marcelo Ferreira Pinheiro (Mat. 1460) e Bianca Neves Alves de Mello (Mat. 2088)**, para exercerem em nome da EMUSA, fiscalização dos seguintes serviços, **“REFORMA DE CAMPO DE FUTEBOL, ÁREA DE LAZER E ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE NO MORRO DA ARENA NO BAIRRO DA ENGENHOCA”, (Referente ao Contrato nº. 011/2020) – Processo ADM. Nº. 010000022/2018 - Presidente da EMUSA.**

PORTARIA Nº. 061/2020 - Designar **Samanta Machado Guedes (Mat.2377) e Angélica Costa Soschino (Mat.2000)**, para exercerem em nome da EMUSA, fiscalização dos seguintes serviços **PROJETO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DO EMPREENHIMENTO DE MOBILIDADE URBANA, CORREDOR BRT TRANSOCEÂNICA DE NITERÓI (Referente ao Contrato nº. 017/2020) – Processo ADM. Nº. 510001673/2019 - Presidente da EMUSA.**

PORT. Nº. 062/2020 - Designar a engenheira **Zelma Carvalho dos santos Dellivenneri (Mat. 1032)** e o arquiteto **Mario Paes Leme da Motta (Mat. 2502)**, para exercerem em nome da EMUSA, fiscalização dos seguintes serviços **PROJETO EXECUTIVO PARA E REURBANIZAÇÃO E INTERVENÇÃO VIÁRIA DO ACESSO AO BAIRRO CAMBOINHAS, NESTA CIDADE, (Referente ao Contrato nº. 022/2020) – Processo ADM. Nº. 080003784/2019 - Presidente da EMUSA.**

ORDEM DE PARALISAÇÃO

Estamos concedendo Ordem de Paralisação ao **Contrato nº. 028/2018** firmado com a empresa **PRIMA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA EPP**, objetivando a execução de Obras e/ou serviços de **“CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE JURUJUBA, NA AVENIDA QUINTINO BOCAIUVA - S/N, NO BAIRRO CHARISTAS, POR MOTIVOS ADMINISTRATIVOS a partir de 23/11/2019 Proc. nº. 5100000479/2017. - Presidente da EMUSA.**

OMITIDO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 25/11/2019.

ORDEM DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início ao **CONTRATO nº. 011/2020**, firmado com a empresa **MONOBLOCO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP**, objetivando a execução das obras e/ou serviços de **“REFORMA DE CAMPO DE FUTEBOL, ÁREA DE LAZER E**

ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE NO MORRO DA ARENA NO BAIRRO DA ENGENHOCA", a partir do dia 09/03/2020 com término previsto para 08/07/2020.
Proc. nº. 01000022/2018.

ORDEM DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início ao **CONTRATO nº. 017/2020**, firmado com a empresa **PROJEL ENGENHARIA ESPECIALIZADA LTDA**, objetivando a execução das obras e/ou serviços de **PROJETO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDIMENTO DE MOBILIDADE URBANA, CORREDOR BRT TRANSOCÊANICA DE NITERÓI**, a partir do dia 16/03/2020 com término previsto para 17/03/2021. **Proc. nº. 510001673/2018.**

ORDEM DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início ao **CONTRATO nº. 022/2020**, firmado com a empresa **PCE – PROJETOS E CONSULTORIAS EM ENGENHARIA LTDA**, objetivando a execução das obras e/ou serviços de **PROJETO EXECUTIVO PARA A REURBANIZAÇÃO E INTERVENÇÃO VIÁRIA DO ACESSO AO BAIRRO DE CAMBOINHAS, NESTA CIDADE** a partir do dia 09/03/2020 com término previsto para 08/07/2020. **Proc. nº080003784/2019**

ORDEM DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início ao **CONTRATO nº. 028/2019**, firmado com a empresa **IPÊ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, objetivando a execução das obras e/ou serviços de **“MACRODRENAGEM DO CANAL DE SANTO ANTONIO – BACIA 2, NO MUNICÍPIO DE NITERÓI - RJ”**, a partir do dia 02/03/2020 com término previsto para 31/05/2020. **Proc. nº. 510002011/2018.**

ORDEM DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início ao **CONTRATO nº. 010/2020**, firmado com a empresa **MONOBLOCO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP**, objetivando a execução das obras e/ou serviços de **“DEMOLIÇÃO DE PARTE E RECONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO SITUADA NA RUA BARÃO DE MAUÁ, Nº 354 – PORTUGAL PEQUENO NO BAIRRO PONTA D’AREIA”**, a partir do dia 10/03/2020 com término previsto para 08/01/2021. **Proc. nº. 510000646/2018.**

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o resultado do procedimento licitatório, na modalidade de **TOMADA de PREÇOS nº. 002/2020– Processo Administrativo de nº.480000178/2019**, que visa a execução das obras e/ou serviços para EMUSA de **“REVITALIZAÇÃO de ÁREA de LAZER (PRAÇA e QUADRA), VESTIÁRIOS e CONSTRUÇÃO de SALAS no BONFIM no BAIRRO do FONSECA”**, Adjudicado os serviços a empresa **MONOBLOCO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP- CNPJ: 10.858.543/0001-06**, pelo valor global de **R\$ 414.182,06 (Quatrocentos e Quatorze Mil, Cento e Oitenta e Dois Reais e Seis Centavos)**, com uma redução em relação ao valor estimado de **21,0%**, nas condições de Entrega dos Serviços, Validade da Proposta e Pagamento conforme disposto no EDITAL, AUTORIZANDO a DESPESA e a EMISSÃO da Nota de Empenho.